

Editorial

Democracia tranquila

Álvaro de Vasconcelos

E se o Brasil fosse dentro de uns anos não apenas a democracia que a alternância atesta, a oitava economia do mundo, e também um país socialmente justo? Foi essa esperança que levou muitos brasileiros a eleger para a presidência o candidato do Partido dos Trabalhadores.

Os que fizeram do Brasil uma segunda pátria, o cais do lado de lá do nosso destino europeu, para parafrasear a bela estrofe de Miguel Torga, só podem orgulhar-se da expressão de democracia tranquila que a eleição presidencial constituiu. A eleição de Lula deve-se em grande medida a Fernando Henrique Cardoso, pela obra de consolidação da democracia que é a mais notável das suas heranças. Mas é também obra do amadurecimento de muitos sectores da direita, de uma nova geração de empresários, e da evolução do PT que foi abandonando o radicalismo esquerdista para se assumir definitivamente como um grande partido democrático de esquerda, como atestam várias experiências governativas a nível estadual e municipal. Longe vai o tempo em que uma possível vitória de Lula sobre Collor suscitava temores e rumores de golpe de Estado.

Mas será seguro que o governo de Lula vai dar certo? Devemos olhar para o futuro do Brasil com esse misto de esperança e inquietação que tem todo o homem lúcido perante desafios da dimensão dos que o novo inquilino do palácio do Planalto tem pela frente. Avulta, na frente interna, a gestão das enormes expectativas criadas nos sectores mais desfavorecidos, a que Renato Janine chama a multidão. Dar-lhes dignidade e segurança, como a campanha do PT prometeu, implica fazer enfim a reforma fiscal que torne mais justa a distribuição da riqueza, combater o enorme poder dos narcotraficantes e acabar com a corrupção nas polícias. Lula tem o apoio popular suficiente, como salienta Helio Jaguaribe, para levar a cabo essas mudanças de fundo, que são essenciais para colocar definitivamente o Brasil no *primeiro mundo democrático*, como escreveram no início da década de noventa, para o discurso de tomada de posse de um outro presidente, Gelson Fonseca e José Guilherme Merquior.

Na cena internacional, Lula enfrenta dois desafios sérios: o do Mercosul, em crise grave, e o das relações com os Estados Unidos. Em relação ao Mercosul, Lula tem os bons instintos e levará adiante, procurando aprofundá-la, a política seguida desde José Sarney. A grande incógnita, potencialmente a mais problemática, são as relações com a administração Bush, que aliás não dependem só do governo brasileiro. O facto de estar na Casa Branca um presidente neo-conservador, ideologicamente nos antípodas do brasileiro, é propício a mal-entendidos perigosos. Se Bush está em relação ao Brasil bem assessorado, há sectores ultra-conservadores que falam do «eixo do mal» latino-americano, misturando Lula, Chávez e Fidel.

É necessário que Lula não tropece na retórica e entenda o risco desestabilizador para os mercados da eventual animosidade da administração americana. A alca será um momento de verdade. Aqui, como em tudo que diz respeito às relações com a hiperpotência do norte, a política de Fernando Henrique Cardoso, Luís Filipe Lampreia e Celso Lafer parece ser a mais apropriada, e os sinais de continuidade são de boa política: firmeza na defesa dos interesses do Brasil e envolvimento negocial activo com os americanos. Seguir esta linha era porém mais fácil ao PSDB que ao PT, mais vulnerável à acusação de anti-americanismo sempre que afirmar uma divergência.

A União Europeia pode ter um papel importante para que o governo Lula dê certo acelerando o acordo de comércio livre com o Mercosul, embora o congelamento da reforma da PAC torne isso mais difícil. Para a política externa portuguesa, não é altura de desinvestir do Brasil, antes pelo contrário: há que pensar estrategicamente o investimento como um factor de modernidade, reafirmar a confiança na democracia brasileira e fazer disso tema forte tanto no seio da União Europeia como nas relações com os Estados Unidos.